

Nova Ventos de
Tianguá Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de maio de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de maio de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A. em 31 de maio de 2018, o desempenho suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de doze meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A. ("Companhia") e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social - BNDES na apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (Covenants) em 31 de maio de 2018. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

Não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de maio de 2017 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de maio de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (não auditado)	Passivo	Nota	2018	2017 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36	3.379	Fornecedores		-	89
Contas a receber	5	2.025	3.575	Contas a pagar partes relacionadas	16	139	34
Impostos a recuperar		941	440	Obrigações tributárias		310	757
Despesas pagas antecipadamente	6	1.330	-	Empréstimos e financiamentos	8	5.626	4.995
Adiantamento fornecedores		-	3	Provisão de ressarcimento	9	143	-
Total do ativo circulante		4.332	7.397	Outras contas a pagar		21	33
Não circulante				Total do passivo circulante			
Fundos vinculados	4	12.810	4.481			6.239	5.908
Imobilizado	7	150.906	157.366	Não circulante			
Intangível		-	760	Empréstimos e financiamentos	8	95.912	100.639
Total do ativo não circulante		163.716	162.607	Provisão para passivo ambiental		707	707
				Provisão de ressarcimento	9	1.654	1.113
				Total do passivo não circulante		98.273	102.459
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	66.778	65.028
				Prejuízos acumulados		(3.242)	(3.391)
				Total do patrimônio líquido		63.536	61.637
Total do ativo		168.048	170.004	Total do passivo e patrimônio líquido		168.048	170.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de doze meses findos em 31 de Maio de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017 (não auditado)
Receita operacional líquida	12	26.924	17.596
Custo de Geração	13	<u>(11.703)</u>	<u>(6.674)</u>
Lucro Bruto		<u>15.221</u>	<u>10.922</u>
Outras receitas		497	1.458
Despesas gerais e administrativas	14	<u>(925)</u>	<u>(1.578)</u>
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		<u>14.793</u>	<u>10.802</u>
Receitas financeiras		616	214
Despesas financeiras		<u>(14.247)</u>	<u>(12.471)</u>
Resultado Financeiro	15	<u>(13.631)</u>	<u>(12.257)</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>1.162</u>	<u>(1.455)</u>
Imposto de renda	11	(665)	(252)
Contribuição social	11	<u>(348)</u>	<u>(186)</u>
Resultado do período		<u>149</u>	<u>(1.893)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de doze meses findos em 31 de maio de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Capital Social a Integralizar		
Saldos em 01 de junho de 2016 (não auditado)	44.799	(5.138)	(1.498)	38.163
Aumento do Capital Social	20.229	5.138	-	25.367
Resultado do período	-	-	(1.893)	(1.893)
Saldos em 31 de maio de 2017 (não auditado)	65.028	-	(3.391)	61.637
Aumento do Capital Social	4.972	(3.222)	-	1.750
Resultado do período	-	-	149	149
Saldos em 31 de maio de 2018	70.000	(3.222)	(3.242)	63.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de doze meses findos em 31 de maio de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	1.162	(1.455)
Juros sobre financiamentos	9.934	3.182
Custos de captação apropriado ao resultado	2.014	211
Provisão para passivo ambiental	-	707
Provisão de ressarcimento	684	1.113
Depreciação e amortização	7.507	5.207
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(501)	(273)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(1.332)	41
Aumento (redução) em fornecedores	(89)	(11.757)
(Aumento) redução em outros créditos	105	34
(Aumento) redução em outros ativos não circulantes	-	-
(Aumento) redução em contas a receber	1.550	(3.575)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	3	148
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(11)	34
Aumento (redução) em compensação ambiental	-	-
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(547)	747
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	20.479	(5.636)
Pagamento de IR e CS	(912)	(438)
Pagamento de encargos financeiros	(9.204)	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	10.363	(6.074)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aplicação em fundos vinculados	(8.329)	(4.481)
Aquisição imobilizado	(1.047)	(8.536)
Baixa de intangível	760	706
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.616)	(12.311)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	106.169
Custos de captação de empréstimo	-	(3.928)
Pagamento de principal de empréstimos	(6.840)	-
Pagamento de principal de debêntures	-	(106.726)
Integralização de capital	1.750	25.367
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(5.090)	20.882
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(3.343)	2.497
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	3.379	882
No fim do período	36	3.379
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(3.343)	2.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Tianguá, Estado do Ceará, Rodovia BR 222, S/N, KM 342 - Zona Rural, foi constituída em 28 de Outubro de 2010 e de acordo com o despacho nº 2590, de 27 de setembro de 2016, iniciou operação comercial em 28 de setembro de 2016 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem como objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica Nova Ventos de Tianguá, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (II) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

A Nova Ventos de Tianguá possui capacidade instalada de 25,35 MW¹ médios.

Capital circulante líquido

Em 31 de maio de 2018, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$1.907. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Essas demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações necessárias para a apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (Covenants) em 31 de maio de 2018, pela Companhia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Consequentemente, a demonstração financeira pode não servir para outras finalidades.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de julho de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

¹ Informações não auditadas pelos nossos auditores independentes.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Mudanças a partir de 1ª de janeiro de 2018

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

• **Classificação - Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia entre os períodos aos quais se referem estas demonstrações financeiras. Abaixo, seguem os saldos no momento da adoção inicial ao pronunciamento:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR
Total de ativos financeiros		
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado
Total de passivos financeiros		

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Intangível

(i) Ativo intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

f. Receita operacional

Receita operacional A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

h. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. Entretanto, a Companhia não efetuou a adoção antecipada.

4 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Conas correntes	-	14
Aplicações financeiras	<u>36</u>	<u>3.365</u>
Total	<u>36</u>	<u>3.379</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Santander e Citibank com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI referente às aplicações do Santander, e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Há ainda os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção. A Reserva Especial é composta com excedente de receita após o cumprimento da cascata de composição de contas reversas e pagamento de despesas operacionais. Esses fundos estão classificados no ativo não circulante.

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Reserva especial	5.680	-
Centralizadora	3.013	-
Reserva O&M	257	266
Reserva de dívida BNDES	3.860	4.215
Total	12.810	4.481

5 Contas a receber

O montante de R\$2.025 refere-se a energia gerada no mês de maio de 2018, as quais serão faturadas em junho de 2018.

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	763	-
Companhia Energetica de Alagoas - CEAL	372	-
Centrais Eletricas do Para S.A. - CELPA	93	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia Coelba	116	-
Companhia Piratininga de Forca e Luz	86	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de Sao Paulo S.A.	441	-
Camera de Comenrcialização de Energia Elétrica	127	3.575
Outros	27	-
Total	2.025	3.575

6 Despesas pagas antecipadamente

	31/05/2018
Premios de seguros	53
Fiança bancária (a)	1.277
Total	1.330

- (a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pela Companhia perante os debenturistas e BNDES.

7 Imobilizado

Composição do imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	31/05/2018		31/05/2017 (não auditado)	
	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e Equipamentos	10.557	(165)	10.392	-
Aerogerador Pas	39.751	(398)	39.353	-
Aerogerador Gerador	5.869	(73)	5.796	-
Aerogerador Nacelle	31.268	(316)	30.955	-
Aerogerador Torre	68.841	(11.665)	57.176	-
Benfeitorias	7.333	(99)	7.234	-
Compensação ambiental	-	-	-	707
Equipamentos e processamento de dados	1	(1)	-	1
Linhas de transmissão em serviço	-	-	-	211
Torres de geração de energia eólica	-	-	-	102.871
Obras civis em serviço	-	-	-	53.576
Total	163.620	(12.714)	150.906	157.366

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 01/06/2017 (não auditado)	Adições	Depreciação	Saldo em 31/05/2018
Máquinas e Equipamentos	-	-	(165)	10.392
Aerogerador Pas	-	-	(398)	39.353
Aerogerador Gerador	-	-	(73)	5.796
Aerogerador Nacelle	-	-	(313)	30.955
Aerogerador Torre	-	1.045	(564)	57.174
Benfeitorias	-	-	(99)	7.234
Compensação ambiental	707	-	-	-
Equipamentos e processamento de dados	1	2	-	1
Linhas de transmissão em serviço	211	-	(8)	-
Torres de geração de energia eólica	102.871	-	(3.989)	-
Obras civis em serviço	53.576	-	(1.898)	1
Total	157.366	1.047	(7.507)	150.906

	Saldo em 01/06/2016 (não auditado)	Adições	Depreciação	Saldo em 31/05/2017 (não auditado)
Compensação ambiental	-	707	-	707
Equipamentos e processamento de dados	-	1	-	1
Linhas de transmissão em serviço	177	41	(7)	211
Torres de geração de energia eólica	104.453	1.965	(3.547)	102.871
Obras civis em serviço	49.406	5.822	(1.652)	53.576
Total	154.036	8.536	(5.206)	157.366

8 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Financiamentos	2,88% a.a. + TJLP	101.538	105.634
Circulante		5.626	4.995
Não Circulante		95.912	100.639

- (a) Em 10 de fevereiro de 2017 ocorreu a primeira captação referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 106.169.

Sobre o principal da dívida, incidirão juros à taxa de 2,88% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

Captação de empréstimos	106.169
Incorporação de custo de captação	(3.928)
Juros Incorporados a Dívida	3.182
Custo de captação incorrido	211
Saldo em 31 de maio de 2017 (não auditado)	105.634
Juros Pagos	(9.204)
Amortização do Principal	(6.840)
Juros Incorporados a Dívida	9.934
Custo de captação incorrido	2.014
Saldo em 31 de maio de 2018	101.538

Covenants

A Companhia contratou financiamento e fianças bancárias com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como, sem limitação:

- (a) Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;

- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;
- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;
- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Ventos de São Jorge Holding apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, exigidos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

9 Provisão para ressarcimento

	31/05/2018	31/05/2017 (Não auditado)
Provisão para ressarcimento (a)	<u>1.797</u>	<u>1.113</u>
Circulante	143	-
Não Circulante	1.654	1.113

- (a) Valores provenientes de contratos de geração de energia elétrica firmados com clientes, onde existem cláusulas que obrigam a Companhia no caso de geração de energia elétrica abaixo do contratado, a restituir os respectivos valores aos clientes.

10 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 70.000 em 31 de maio de 2018 (R\$ 65.028 em 31 de maio 2017) e está representado por 70.000 mil (Sessenta e cinco milhões, trezentos e quatro mil e trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (65.028 mil em 31 de maio de 2017, não auditado).

Durante o exercício de 2018 foi integralizado o montante de R\$ 1.750, dessa forma em 31 de maio de 2018 o capital social integralizado é de R\$ 66.778 (R\$ 65.028 em 31 de maio de 2017).

11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes exercício de 2018 é de R\$ 665 para o imposto de renda e R\$ 348 para a contribuição social. Em 2017 é de R\$ 252 para o imposto de renda e R\$ 186 para a contribuição social.

	31/05/2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	27.775	27.775
Aliquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.222	533
Demais receitas	436	1.533
Aliquota nominal	25%	9%
Corrente	(665)	(348)

	31/05/2017 (não auditado)	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	18.433	18.433
Aliquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.475	2.212
Demais receitas	468	144
Aliquota nominal	25%	9%
Corrente	(252)	(186)

12 Receita operacional líquida

A Companhia começou suas operações em teste no dia 28 de setembro de 2016 e portanto, passou a registrar receitas a partir desse período.

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Receita bruta	27.954	18.254
Energia elétrica - Geração própria	28.638	19.367
Provisão de ressarcimento	(684)	(1.113)
Deduções da receita	(1.030)	(658)
PIS	(185)	(116)
COFINS	(845)	(542)
Total	26.924	17.596

13 Custo de geração

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Encargos de transmissão e conexão	(1.168)	(901)
Compra de energia	(1.359)	-
Depreciação e Amortização	(7.507)	(5.207)
Arrendamento e aluguéis	(77)	(7)
Serviços de terceiros	(32)	(195)
Despesa com manutenção	(718)	-
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(340)	-
Seguros	(174)	(163)
Compartilhamento de custos	(263)	-
Outros	-	(7)
Custo com pessoal	(65)	(194)
Total	(11.703)	(6.674)

14 Despesas operacionais

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Serviços prestados pessoa jurídica	(50)	(3)
Serviços de consultoria	(8)	-
Taxas e emolumentos	(80)	(131)
Tributos	(13)	(92)
Compartilhamento de despesa	(144)	(657)
Gastos diversos	(220)	(48)
Despesas com manutenção	(290)	(566)
Legais, judiciais e publicações	(35)	(77)
Despesas com cartório	(2)	(4)
Bonificações Doações e Brindes	(21)	-
Total	(925)	(1.578)

15 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Rendimentos de aplicações financeira	601	191
Descontos obtidos	15	3
Outras receitas	-	20
	616	214
Juros pagos, comissões e outras despesas bancárias	(2265)	(473)
IOF	-	(1.968)
Tarifas bancárias	(7)	(14)
Multas	(27)	(38)
Juros BNDES	(9.934)	(3.182)
Custo de captação incorrido	(2.014)	(211)
Juros sobre debêntures - Santander	-	(2.688)
Juros sobre debêntures - Bradesco	-	(2.553)
Juros sobre debêntures - Pine	-	(1.344)
	(14.247)	(12.471)
Total	(13.631)	(12.257)

16 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de maio de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	31/05/2018	31/05/2017 (não auditado)
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. (a)	139	34
Total	139	34
Resultado		
Compartilhamento de custos/despesas (a) Echo Participações S.A.	407	657
Total	407	657

- (b) A Companhia possui despesas, custos e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas e custos entre as empresas do Grupo Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Nos períodos de doze meses findos em 31 de maio de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/05/2018		31/05/2017 (não auditado)	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas, equivalentes de caixa	36	36	3.379	3.379
Fundos vinculados	12.810	12.810	4.481	4.481
Fornecedores	-	-	89	89
Financiamentos	101.538	101.538	-	-
Debêntures emitidas	-	-	105.634	105.634
Total	114.384	114.384	113.583	113.583

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de maio de 2018	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Financiamentos	101.538	5.626	11.252	16.878	67.782
Total	101.538	5.626	11.252	16.878	67.782
31 de maio de 2017 (não auditado)	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	89	89	-	-	-
Financiamentos	105.634	4.995	9.990	14.985	75.753
Total	105.723	5.084	9.990	14.985	75.753

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/05/2018		31/05/2017 (não auditado)	
	Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	-	36	14	3.365
Fundos vinculados	-	12.810	-	4.481
Contas a receber	2.025	-	3.575	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	-	-	89	-
Empréstimos	101.538	-	105.634	-

18 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de maio de 2018 e 2017 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pela Companhia relacionados ao CAPEX (*Capital expenditure*) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

d. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de maio de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/05/208	31/05/2019	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP *	6,6%	6,7%	0,01 p.p.	1,7 p.p.	3,4 p.p.
IPCA	2,9%	4,4%	1,5 p.p.	1,1 p.p.	2,2 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI **	7,7%	7,1%	(0,6 p.p.)	1,8 p.p.	3,6 p.p.

* Taxa de juros de longo prazo

** Certificado de depósito interbancário

A sensibilidade foi calculada com base no cenário provável dos próximos 12 meses a findar em 31 de maio de 2019, e, demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em	Sensibilidade		
		31/05/2018	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	TJLP	101.538	6.803	8.504	10.205
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	12.846	916	1.145	1.374

* * *